



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8168 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

Educação integral em tempo integral: Estudo do PME e PNME na escola indígena Borari
Thaiana Netto Fonseca Baptista - UFOPA

Educação integral em tempo integral: Estudo do PME e PNME na escola indígena Borari

Problemática:

Ao analisar a educação integral no Brasil na atualidade, é importante que se compreenda como as políticas educacionais foram se delineando ao longo do tempo no cenário nacional. Portanto, a reconstrução desse histórico aponta a educação integral como tema que vem sendo levantado na perspectiva da educação escolar desde o início do século XX.

A construção de uma base legal de amparo a educação integral começa a ser construída no Brasil, a partir da Constituição de 1988 (GUARÁ, 2006). Legalmente, o Estado assume prioritariamente o dever de garantir a educação para todos, ao passo que há um entendimento de educação como elemento essencial para o desenvolvimento do indivíduo, para o exercício pleno da cidadania e para a qualificação para o mundo do trabalho. A partir daí, diferentes leis, planos e programas vinculados a educação escolar fundamentaram as políticas públicas voltadas para educação integral.

A partir da análise da estruturação dessas políticas públicas, vem sendo construída a percepção de que nem sempre elas apresentam uma concepção consensual, que integre a educação de formação integral com o tempo destinado às atividades escolares, por vezes, afastando-se da concepção de educação integral que esta pesquisa adota.

Entende-se por educação integral, uma educação que perceba o ser humano em sua integralidade, abarcando o conjunto formado por aspectos biológicos-corporais, sociais, cognitivos, afetivos e morais, ultrapassando práticas educativas que sejam meramente transmissão de conhecimentos ou que estejam apoiadas em concepções limitantes de educação, onde predominam apenas aspectos cognitivos ou afetivos do homem. Estando pautada em um projeto pedagógico comprometido com o desenvolvimento humano global (GUARÁ 2006) e com a formação de sujeitos críticos, autônomos, capazes de perceberem-se como sujeitos sociais inseridos em determinado contexto histórico permeado por contradições

(MORAES, 2009).

Diante do exposto, mostra-se importante compreender as contribuições que as atuais políticas educacionais vêm fomentando no que tange a formação integral dos alunos. Em 2007 foi implementada a política indutora de educação integral para o ensino fundamental em nível nacional, o Programa Mais Educação (PME), que em 2016 foi reformulado, dando origem ao Programa Novo Mais Educação (PNME). Em se tratando da principal política indutora de educação integral para o ensino fundamental, os referidos programas constituíram-se em um dos principais instrumentos para o alcance das metas nacionais para a educação integral.

A partir de tais percepções, esta proposta de pesquisa entende que é necessária a reflexão acerca do PME e do PNME, a partir do diálogo entre a formulação dos programas enquanto políticas educacionais, e os contornos que estes vem assumindo em âmbito regional e local.

Assim, desenvolve-se este estudo a partir da seguinte problematização: Como o processo de implementação dos Programas PME e PNME efetivou-se na escola Indígena Borari de Alter do Chão, entre os anos de 2012 e 2019, com vistas a educação integral?

Em complementaridade ao questionamento central e com o intuito de compreender as contribuições que as atuais políticas educacionais vêm fomentando no que tange a educação integral no contexto nacional, regional e local, surgem outras indagações: a) Como as políticas públicas educacionais voltadas para educação integral, vem se estabelecendo a partir da década de 1990 no Brasil?; b) Qual a concepção de educação integral presente nos documentos norteadores do PME e do PNME?; c) Quais as diferenças e permanências entre o PME e o PNME?; d) Como a implementação do PME e do PNME vem se efetivando na região norte?; e) Quais as concepções de educação integral vêm sendo adotadas pela escola Borari?; f) Quais as ações desenvolvidas, no período de 2012 a 2019, na escola Borari para a efetivação das políticas indutoras de educação integral?

Objetivos

Geral: Analisar o processo de implementação dos Programas Mais Educação - PME - e Novo Mais Educação -PNME - na escola Indígena Borari de Alter do Chão, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2012 e 2019.

Específicos:

- Identificar por meio da legislação a concepção de educação integral explicitada pelo PME e o PNME, apresentando as principais diferenças e permanências entre os programas;
- Investigar como a implementação do PME e do PNME vem ocorrendo na região norte;
- Identificar as concepções de educação integral explicitada no processo de implementação dos programas PME e PNME na escola Borari;
- Verificar como o Projeto Político Pedagógico – PPP - da escola adequou-se na perspectiva de viabilizar a educação integral;

Procedimentos Metodológicos

Para conduzir essa investigação, adotou-se a abordagem de pesquisa de caráter qualitativa, por meio de duas estratégias metodológicas: a) revisão bibliográfica; b) análise documental.

A escolha pelo aporte bibliográfico utilizado baseou-se na estruturação de mapeamento de referencial teórico (teses, dissertações e artigos) por meio das seguintes categorias: Educação Integral; Educação em tempo integral; Programa Mais Educação e Programa Novo Mais

Educação.

Com intuito de dialogar o processo de implementação do PME e do PNME na escola Indígena Borari de Alter do Chão e no município de Santarém com o contexto destes programas na região amazônica, realizou-se levantamento bibliográfico de dissertações dos Programas de Pós-graduação em Educação - PPGE- de Universidades Públicas Federais da região norte, entre os anos de 2012 e 2019, mapeando estudos cujo eixo temático estivesse relacionado as categorias: Educação Integral; Programa Mais Educação; Programa Novo Mais Educação.

Para conhecer em detalhes os Programas Mais Educação e Novo Mais Educação, será realizada análise documental, buscando compreender as principais características do PME e do PNME. Para tanto, utiliza-se documentos de fontes primárias e secundárias, ao passo que, a leitura, interpretação e inferência de dados realizam-se sobre documentos oficiais, trabalhos, relatórios que estejam relacionados aos programas analisados.

Por fim, para identificar as concepções de educação integral explicitada no processo de implementação dos programas PME e PNME na escola Borari e verificar como o PPP - da escola adequou-se na perspectiva de viabilizar a educação integral, serão analisados documentos da escola – PPP, manuais, relatórios, prestação de conta etc-.

PME E O PNME: resultados parciais

O PME foi criado a partir da Portaria Interministerial nº 17/2007, como uma estratégia do governo federal para “induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral” (BRASIL, 2010). Constavam como objetivos centrais do PME a diminuição dos problemas que estão no cerne da educação nacional, como a evasão escolar e a distorção idade série, buscando melhorar a qualidade da educação escolar a partir da ampliação do tempo que o aluno permanece na escola, bem como através da diversificação dos saberes e das vivências presentes nos conteúdos pedagógicos com ênfase em ciências, artes, esportes e cultura (BRASIL, 2007).

Apesar das diretrizes para a melhoria da qualidade educacional no Brasil, as avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -SAEB- ainda demonstravam resultados aquém dos desejados, principalmente na aquisição das habilidades de leitura, escrita e cálculo. Neste sentido, há uma reformulação do PME e em 2016 é aprovado o PNME.

Com a mudança dos programas, o PNME continuou a seguir a mesma linha de objetivos do antigo programa, porém é dada ênfase às habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, a partir da obrigatoriedade de atividades complementares dedicadas as disciplinas. Sendo assim, o caráter mais amplo dos conteúdos pedagógicos fica em segundo plano, já que, e em alguns casos, sua implementação nas unidades escolares não contemplará os saberes diversificados - ciências, artes, esportes e cultura -, mas apenas os focados nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (GOMES; COLARES, 2019).

A necessidade de compreender as mudanças entre os programas é reforçada ao analisarmos dados estatísticos oficiais de matrículas de alunos em tempo integral entre 2012 e 2019 do Censo Escolar do Instituto de Nacional de Estdos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeireira de estatísticas, pois é possível perceber a partir do levantamento realizado por regiões brasileiras, que houve diminuição da porcentagem de matrículas na rede públicas em tempo integral – Tabela 1 – em todas as regiões brasileiras desde o início do implementação do PNME, em 2016.

Percebe-se ainda, que a região que mais foi atingida pela queda dos índices percentuais tanto de escolas quanto de matrículas em tempo integral foi a região norte. É

nesta região, que está inserida a escola indígena Borari, localizada em Santarpm, no Pará, que é marcada por grande pluralidade cultural, socioeconômica, socioespacial e geográfica, fato que por si só já impõe desafios para as políticas educacionais, estas precisam ser planejadas levando em conta a “[...]sociodiversidade e biodiversidade das populações que habitam essa região[...]” (GOMES; CHAIBE, 2016, p.60).

Em 2020, a escola conta com 607 alunos matriculados – indígenas e não indígenas - nos seguintes níveis de ensino: educação infantil e ensino fundamental. Trata-se da maior unidade escolar da comunidade de Alter do Chão, fato que impõe relevância quanto a modalidade de Educação Indígena, ao passo que a escola pode ter papel fundamental no fortalecimento da luta do Povo Borari de Alter do Chão pela valorização da identidade e da cultura indígena.

A escola teve o PME implementado entre o período de 2012 e 2016, atendendo educandos do 1º ano do ensino fundamental I até o 9º ano do ensino fundamental II, com atividades socioeducativas e de reforço dos conteúdos escolares. No ano de 2016 houve a ruptura de desenvolvimento de atividades, com a retomada no ano de 2018, já com a implementação do novo programa, o PNME, contemplando apenas alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II que apresentavam baixo rendimento em Língua Portuguesa e Matemática.

A partir do exposto, os resultados parciais demonstram a necessidade de compreender as mudanças que vem ocorrendo na política educacional com vistas a educação integral, já que, atualmente, trata-se da principal política indutora de educação integral no país.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2007
- BRASIL. Decreto n. 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de janeiro de 2010.
- BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014
- GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. Cadernos CENPEC, v. 2, p. 7-167, 2006.
- GOMES, T. C.; COLARES, M. L. I. S. A política de educação integral em tempo integral: a perspectiva dos professores. Práxis Educacional, [S.l.], v. 15, n. 31, p. 313-332, jan. 2019. ISSN 2178-2679. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4675>>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- GOMES, M de. L; CHAIBE, M. E. S. Educação, linguagem e amazônia. In. COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S (Orgs). Educação e realidade amazônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- MORAES, J. D. de. Educação integral: uma recuperação do conceito libertário. In: Coelho, L. M. C. C. (Org.). Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis: FAPERJ, 2009.